



Revista Brasileira de Educação

ISSN: 1413-2478

rbe@anped.org.br

Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Educação
Brasil

Zago, Nadir

Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares

Revista Brasileira de Educação, vol. 11, núm. 32, maio-ago, 2006, pp. 226-237

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27503203>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares*

Nadir Zago

Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Educação

Introdução

Nas últimas décadas, fenômenos relacionados a transformações no contexto social, político e educacional (entre eles, o prolongamento da escolaridade e a elevação das taxas de desemprego, especialmente entre os jovens), a mudanças no campo da sociologia com a recomposição da problemática das desi-

gualdades de escolarização entre classes sociais (Van Zanten, 1999, p. 51), como também a uma renovação nas pesquisas, contribuíram para que os estudantes ocupassem um novo lugar nos estudos sociológicos em educação. Dessa renovação, destacam-se estudos voltados para os processos escolares, envolvendo, entre outras questões, as estratégias familiares de escolarização, as variações nas configurações escolares entre grupos sociais e no interior de um mesmo grupo.

Entre os trabalhos produzidos nessa direção, cito algumas tendências de pesquisas que elegem a problemática do estudante universitário de origem popular. Nas últimas duas décadas, estudos no campo da sociologia da educação produzidos no Brasil e no exterior vêm fornecendo indicadores teóricos importantes para problematizar o que tem sido chamado “longevidade escolar”, casos “atípicos” ou “trajetórias excepcionais” nos meios populares. Trata-se de uma linha inovadora, haja vista ser relativamente recente na disciplina o interesse pelos casos que fogem à tendência dominante, voltada para o chamado fracasso escolar nesses meios sociais.

* Este artigo é produto de pesquisa que venho desenvolvendo há alguns anos, sobre escolarização nos meios populares, voltada especialmente para as trajetórias escolares nos ensinos fundamental e médio e, mais recentemente, no ensino superior. Efetuei um recorte dessa temática, centrando-me em questões relacionadas às desigualdades educacionais com longa tradição na sociologia da educação e à presença de estudantes de origem popular na universidade. A pesquisa contou com auxílio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e com a participação de duas estudantes do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e bolsistas de iniciação científica do CNPq: Letícia M. dos Anjos e Joelma M. de Andrade.

Entre alguns exemplos dessa contribuição recente¹ destaque, em relação à produção estrangeira, os trabalhos de Laurens (1992), Zéroulou (1988), Terrail (1990)² e, no Brasil, Viana (1998), Portes (1993), Silva (2003) e Mariz, Fernandes e Batista (1999). Parte dessa produção define-se, mais explicitamente, na linha de investigação da relação família-escola e na busca de explicações dos processos que possibilitaram aos jovens romper com a tradição freqüente no seu meio de origem: uma escolaridade de curta duração. Diferente de uma tradição sociológica fundada unicamente na relação entre a posição de classe e os resultados escolares, esses estudos apóiam-se em um conjunto de situações possíveis de explicar as trajetórias de êxito escolar. Além das variáveis clássicas da sociologia (tais como a renda, ocupação e escolaridade dos pais), o interesse volta-se para outros elementos constitutivos das trajetórias escolares bem-sucedidas, como as práticas dos pais e dos filhos no processo de escolarização.

Esses estudos deram visibilidade às ações empreendidas pelos sujeitos sociais, contrariando uma visão patologizante das famílias ou, ainda, um conhecimento durante muito tempo dominante nas ciências sociais, apoiado em uma caracterização genérica dos meios populares, freqüentemente associada à passividade e ao imediatismo nas reivindicações, entre outras denominações igualmente estigmatizadoras (Sader & Paoli, 1988). Ou ainda, quando se trata de áreas urbanas mais discriminadas, como as favelas na sociedade contemporânea, as ciências sociais têm focalizado os problemas que são também os mais divulgados pela mídia, como criminalidade, violência e tráfico de drogas. São poucos os estudos que “ten-

tam explicar como algumas pessoas conseguem escapar disso. Tanto já foi repetido que pobreza gera pobreza e por vezes desvio, que se tornou muito difícil, e mais complicado, explicar como alguns rompem esse círculo vicioso” (Mariz, Fernandes & Batista, 1999, p. 324). Por isso mesmo, segundo Zaluar e Alvito (1999, p. 21), estudar a favela requer “combater certo senso comum que já possui longa história”.

Nessa mesma linha de problematização, identificaram-se pesquisas com universitários moradores da favela, cujo objetivo foi conhecer que elementos motivam esses jovens a desenvolver *estratégias integradoras* que se contrapõem ao processo de exclusão. Observam Mariz, Fernandes e Batista (1999, p. 324-325) que “o aparecimento desses universitários indica uma tendência de mudança nas favelas, e que conhecer o perfil desses indivíduos e sua visão de mundo pode ajudar a entender que mudança é essa, que fatores contribuem para ela e que direção parece estar tomando”. Nesse sentido, concordam que estudar esses casos, identificando “o que permite a alguns fugir ao círculo vicioso que leva à exclusão e à marginalidade, pode ser tão ou mais útil para propostas de políticas sociais quanto apontar esse círculo vicioso” (*idem, ibidem*).

A reduzida representatividade no ensino superior por parte dos habitantes da favela³ pode igualmente ser verificada entre a população incluída nos níveis mais baixos de renda.⁴ Não se está falando, por-

¹ Embora não se inclua na última geração de trabalhos, não poderia deixar de citar a autobiografia de Richard Hoggart (1970). Conforme observa Jean-Claude Passeron, no prefácio do livro, esse trabalho contribui para a desmistificação de algumas das ilusões intelectuais inerentes à sociologia das classes populares.

² Uma revisão dessa bibliografia francesa pode ser encontrada na tese de doutorado de Viana (1998).

³ Silva (2003, p. 124) lembra que, conforme os dados do Censo de 1991, menos de 1% (0,53%) dos moradores da Maré, uma das maiores favelas do Rio de Janeiro, possuía curso superior, enquanto o percentual da cidade do Rio de Janeiro era de 16,7%.

⁴ Dados referentes ao vestibular de 2001 da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), local da pesquisa, reforçam essa afirmação. Considerando a relação entre renda e aprovados no exame de seleção, verificou-se que entre aqueles com renda de até um salário mínimo (SM), representando 0,77% do total de inscritos, a aprovação foi de 0,58%, enquanto entre aqueles com renda de um a três SM, representando 6,59% dos inscritos, o índice de aprovação foi de 4,05%. Tomando-se outras faixas de renda

tanto, de “minorias”, mas de uma grande maioria excluída do sistema de ensino superior brasileiro, sobretudo se considerarmos que na faixa etária de 18 a 24 anos apenas 9% frequenta esse nível de ensino, um dos percentuais mais baixos do mundo, mesmo entre os países da América Latina. A expansão quantitativa do ensino superior brasileiro não beneficiou a população de baixa renda, que depende essencialmente do ensino público. A universidade pública expandiu-se no período compreendido entre 1930 e 1970, mas desse período até os dias atuais as políticas mercantilistas do ensino superior fortaleceram o setor privado, que hoje detém aproximadamente 90% das instituições e 70% do total de matrículas (INEP, 2004, p. 8-19). A ampliação do número de vagas foi considerável nos últimos anos,⁵ mas sua polarização no ensino pago não reduziu as desigualdades entre grupos sociais. “Estudo recente do Observatório Universitário da Universidade Cândido Mendes revela que 25% dos potenciais alunos universitários são tão carentes que ‘não têm condições de entrar no ensino superior, mesmo se ele for gratuito’” (Pacheco & Ristoff, 2004, p. 9). Uma efetiva democratização da educação requer certamente políticas para a ampliação do acesso e fortalecimento do ensino público, em todos os seus níveis, mas requer também políticas voltadas para a permanência dos estudantes no sistema educacional de ensino.

A constatação de que “existe um grupo de estudantes pobres e muito pobres que estão conseguindo ultrapassar barreiras ao longo de suas trajetórias escolares, ingressar e permanecer nas universidades públi-

entre os aprovados, 20,38% faziam parte do grupo de renda de três até sete SM, enquanto para 74,43% dos aprovados a renda estava acima dessa faixa, estes assim distribuídos: 25,51% entre dez e vinte SM; 15,52% entre vinte e trinta; e, para 14,78%, acima de trinta SM. (UFSC, 2001).

⁵ Progressão do número de matrícula no ensino superior: 44 mil em 1950; 1,6 milhão em 1995 (Trindade, 2002, p. 26). Em 2003, são 3.887.771 estudantes matriculados, e desse total, 2.750.652 (70%) em instituições privadas (INEP, 2004, p. 19).

cas” (Bori & Durham, 2000, p. 41) deve ser acompanhada de estudos que permitam conhecer as reais condições dessa escolarização. Essa observação remete à pesquisa sociológica voltada para a condição do estudante universitário, tendência com a qual me identifico. Estudos como o de Grignon e Gruel (1999) traçam um quadro bastante detalhado de vários aspectos da condição do estudante: financiamento dos estudos, moradia, transporte, alimentação, saúde, condições e hábitos de trabalho, relações com o meio de origem e com o meio estudantil, cultura e lazer. Reconhecendo os limites da teoria da reprodução, argumentam os autores que uma pesquisa representativa do conjunto da população de estudantes permite observar diferentes dimensões do êxito e do fracasso, e os efeitos cumulativos da escolarização anterior.

Como eles, outros sociólogos vêm pesquisando as formas marginais de inserção de estudantes no ensino superior, reforçando a tese dos excluídos do interior, ou seja, das práticas mais brandas ou dissimuladas de exclusão (Bourdieu & Champagne, 2001). Desse modo, uma análise sobre a presença de categorias sociais antes excluídas do sistema de ensino levanta necessariamente a questão: o acesso à universidade, sim; e depois? Não basta ter acesso ao ensino superior, mesmo sendo público, conforme indicam os resultados da pesquisa que realizei. Assim, torna-se redutor considerar indiscriminadamente os casos de estudantes que têm acesso ao ensino superior como de “sucesso escolar”. Evidentemente, caberia explicitar o que se quer dizer com “sucesso escolar”. Ele representa o acesso, ou vai além para definir tanto a chamada “escolha” pelo tipo de curso quanto as condições de inserção, ou seja, de “sobrevivência” no sistema de ensino? É nesse quadro de questionamentos que me apóio para a interpretação dos resultados da minha pesquisa.

Este estudo está voltado para estudantes universitários oriundos de famílias de baixo poder aquisitivo e reduzido capital cultural, e sua temática diz respeito às desigualdades relacionadas ao acesso e à permanência no sistema de ensino superior. Ao combinar uma análise crítica sobre as formas de inserção

na universidade com a mobilização do estudante, ou seja, suas preocupações e práticas, foi possível desnaturalizar a categoria estudante e, ao mesmo tempo, mostrar as contradições entre uma maior demanda da população pela elevação do nível escolar e as políticas de acesso ao sistema de ensino.

Para entender melhor essas questões realizei, entre 2001 e 2003, uma pesquisa de campo tendo como local a UFSC, única universidade federal desse estado.⁶ Nesta, como em outras universidades públicas do país, o vestibular é altamente competitivo e a relação candidato/vaga vem-se ampliando ao longo dos anos. Em 1970, a relação entre candidatos inscritos e vagas oferecidas na UFSC era de 1,46; essa relação sobe para 5,93 em 1980 e 6,36 em 1990; quinze anos depois, esse índice é consideravelmente mais elevado, atingindo 10,54 em 2005.⁷

Os resultados da pesquisa nessa instituição foram obtidos mediante uma metodologia de natureza quantitativa e qualitativa, baseada em dados sobre os candidatos ao vestibular e em entrevistas com universitários originários de escolas públicas.

Na primeira etapa do estudo, apoiei-me em dados referentes aos candidatos ao vestibular de 2001.⁸ Esse material possibilitou traçar um perfil dos inscritos e aprovados segundo a origem familiar (renda, ocupação e escolaridade dos pais) e histórico escolar dos candidatos (rede e turno de ensino nos níveis fundamental e médio, tipo de ensino médio), entre outras informações relativas à origem social e ao vestibular (curso de inscrição, número de vestibulares prestados etc.).⁹

Comprovadamente, não há uma relação direta entre as características socioculturais da família e a aprovação no vestibular, pois a maioria dos candidatos é reprovada em decorrência da distorção demanda/oferta de vagas. O vestibular de 2001 da UFSC contou com um total de 35.242 inscrições, para 3.802 vagas, o que representa 89% de não-ingressantes no ano em questão. No entanto, considerando indicadores relacionados à origem social e ao passado escolar dos inscritos e aprovados, os resultados evidenciam a forte desigualdade de acesso ao ensino superior e a seletividade fundada na hierarquia dos cursos universitários.¹⁰

A análise desse material serviu de pano de fundo para a segunda etapa da pesquisa, que teve por objetivo conhecer, para além do acesso, as condições de permanência no ensino superior, bem como as estratégias de investimento adotadas ante a realidade do estudante e a exigência do curso.

Essa etapa consistiu em uma pesquisa de campo, em que foram realizadas entrevistas em profundidade com 27 estudantes. Para essa coleta de dados foram selecionados universitários que reuniam condições desfavoráveis quanto ao capital econômico e cultural familiar, e que freqüentavam fases mais adiantadas do curso (a partir da 4ª fase),¹¹ em diferentes áreas de conhecimento (ciências da saúde, ciências jurídicas, ciências humanas e sociais, ciências econômicas, e tecnológica), para conhecer a realidade também no que diz respeito à variável curso. Na seqüência deste artigo, estarei apoiada predominantemente no material das entrevistas, relacionado à condição do estudante.

⁶ O estado de Santa Catarina conta com mais uma universidade de caráter gratuito, a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

⁷ Cf. UFSC (2005).

⁸ Cf. UFSC (2001).

⁹ Os dados foram fornecidos pela Comissão Permanente do Vestibular (COPERVE), órgão responsável pela realização do vestibular da UFSC.

¹⁰ Uma análise mais completa dos dados encontra-se em Zago, Anjos e Andrade (2002).

¹¹ O ano de realização do vestibular não foi um critério que levamos em consideração nessa seleção. No entanto, entrevistar estudantes que já haviam freqüentado alguns semestres do curso fez parte da metodologia da pesquisa, que teve entre seus objetivos levantar informações sobre a permanência desse grupo social no ensino superior.

Em um breve resumo sobre o perfil desses 27 estudantes, destaco: dez são do sexo masculino e dezessete do feminino, a maior parte com idade entre 19 e 26 anos (seis tinham acima de 30 anos), dezenove são solteiros, doze (quase a metade deles) são de origem rural. Todos são originários de escolas públicas: vinte cursaram todo o ensino fundamental e médio nessa rede e sete tiveram parte da escolaridade na rede privada, como bolsistas ou como estudantes do ensino supletivo. Seus pais são pequenos agricultores (doze casos) ou têm ocupações no ramo da construção civil, entre outras atividades de baixa remuneração. As mães ocupam-se da agricultura familiar, em alguns casos são do lar ou conjugam essa atividade com trabalho doméstico remunerado. Pais e mães, em sua quase totalidade, freqüentaram apenas os primeiros anos do ensino fundamental.

Apoiado em uma análise sociológica de natureza predominantemente qualitativa, sem desconsiderar os problemas estruturais que produzem as desigualdades escolares, o estudo com universitários de origem popular possibilitou conhecer, entre outras questões, a dinâmica que permeia a vida cotidiana e a formação universitária, como também as estratégias e o custo pessoal daqueles que procuram permanecer no sistema de ensino apesar das condições adversas de escolarização.

A categoria “estudante”, como lembram Grignon e Gruel (1999), recobre uma diversidade muito grande de situações e, por isso mesmo, revela-se insuficiente para caracterizá-la. Os estudantes não são todos estudantes no mesmo grau e os estudos ocupam um lugar variável em suas vidas. Tal constatação encontra toda sua expressão quando se analisam a escolha pelo curso e as condições de acesso e de permanência no ensino superior, como mostrarei a seguir.

O acesso ao ensino superior e os antecedentes escolares

A desigualdade de oportunidades de acesso ao ensino superior é construída de forma contínua e durante toda a história escolar dos candidatos. Muito diferente do que observou Nogueira (2003, p. 132)

em um estudo feito com universitários provenientes das camadas médias intelectualizadas, para os estudantes entrevistados a decisão pelo ensino superior não tem, como para aqueles, a conotação de uma quase “evidência”, um acontecimento inevitável. Chegar a esse nível de ensino nada tem de “natural”, mesmo porque parte significativa deles, até o ensino fundamental e, em muitos casos, ainda no ensino médio, possuía um baixo grau de informação sobre o vestibular e a formação universitária. Essa lacuna não é uma característica comum ao meio estudado. Silva (2003, p. 128) encontrou o que chamou ausência de um *capital informacional* sobre o sistema do vestibular, os cursos e as instituições que os oferecem.

Entre a decisão de prestar o vestibular e o momento de inscrição há um longo caminho a ser percorrido, acompanhado de um grande investimento pessoal, independentemente dos resultados escolares anteriores. Eles não são apenas ex-alunos da rede pública, mas estudantes com um passado de bons resultados escolares, sobretudo se considerarmos que 23 nunca foram reprovados. Do total de 27, apenas quatro relatam fenômenos recorrentes como a reprovação e a interrupção temporária dos estudos. No entanto, apesar desses indicadores, as entrevistas revelam vários elementos sobre a seletividade quanto ao acesso e à permanência no ensino superior. Ingressar em uma instituição com forte concorrência no vestibular pressupõe, sem dúvida, uma formação anterior favorável, mas sabe-se que os critérios de avaliação que definem os resultados formais de escolaridade não são equivalentes entre os estabelecimentos. Portanto, um certificado escolar recobre uma formação bastante diversificada.

Já se tornou senso comum a afirmação de que as políticas públicas voltadas para a educação básica não têm contribuído para garantir um ensino de qualidade. Com um histórico escolar pouco competitivo e o alto grau de concorrência no vestibular,¹² todos os

¹² Conforme já foi indicado, em virtude da forte concorrência candidato/vaga, 89% dos inscritos foram excluídos do processo

entrevistados tinham uma apreciação muito crítica sobre suas chances objetivas. A falta de esperança era de tal ordem que o primeiro vestibular foi considerado um “exercício”, “uma experiência” para se familiarizarem com o sistema de provas e poder assim assegurar um diferencial na próxima seleção. Essa interiorização do improvável não constitui um traço de um grupo singular. Uma matéria publicada na *Folha de S.Paulo* de 18 de agosto de 2002, apoiada em dados do vestibular de universidades públicas do Rio de Janeiro e São Paulo (Universidade de São Paulo – USP, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ e Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ), argumenta que a baixa auto-estima faz estudantes de escolas públicas desistirem de entrar na universidade antes mesmo de tentar o vestibular. Acrescenta a matéria que “o fenômeno, conhecido por educadores estudiosos do assunto como auto-exclusão, acentuou-se nos últimos anos, apesar do aumento significativo do número de alunos formados no ensino médio público” (*Folha de S.Paulo*, 2002).

Na pesquisa realizada nota-se, com certa frequência, que quando a previsão do fracasso não se confirma e o estudante é aprovado no primeiro vestibular, ou mesmo após outras tentativas frustradas, não raro ele duvida de sua capacidade e atribui o resultado obtido à ocorrência de “uma chance”, “uma sorte”. O êxito no vestibular é sempre recebido com surpresa, e foi dessa forma que reagiram quando identificaram seus nomes na lista dos aprovados:

Eu até nem acreditei, a hora que eu vi assim, eu disse: não pode, não pode. (Estudante de agronomia)

do vestibular de 2001, na instituição pesquisada. Das 3.802 vagas disponíveis, 2.756 (72%) foram ocupadas pelos candidatos que tinham realizado o vestibular ao menos duas vezes. Dados atuais sobre a situação no Brasil reforçam essa disparidade: a relação candidato/vaga no setor privado atingiu índice de 1,6, enquanto nas universidades públicas (estaduais e federais) essa relação chega a 10,7 (Pacheco & Ristoff, 2004, p. 8).

Parece um sonho ter conseguido entrar aqui... Eu pensava que pra mim era uma coisa impossível. (Estudante de pedagogia)

Eu me julgava incapaz de passar. É muito difícil um estudante de colégio público entrar na universidade. [...] Eu não me achava com capacidade de entrar numa federal. (Estudante de serviço social)

Para preencher a lacuna da formação básica, há uma forte demanda pelos cursinhos pré-vestibular, estratégia bastante generalizada entre os egressos do ensino médio. Os dados referentes aos inscritos no vestibular da instituição pesquisada, em 2001, reforçam essa observação: dos 35.278 inscritos, 19.160 (54%) haviam frequentado algum tipo de cursinho, e das 3.802 vagas oferecidas pela mesma instituição, 2.376, ou mais da metade delas (62%), foram preenchidas por candidatos com essa formação complementar, índice que sobe para 80% ou mais nos cursos mais concorridos.

Para tornar-se mais competitivos, os jovens dispostos a investir em sua formação fazem esforços consideráveis para pagar a mensalidade do cursinho, geralmente frequentado em período noturno e em instituições com taxas mais condizentes às suas possibilidades financeiras, ou em cursos pré-vestibulares gratuitos. Essa formação suplementar é, portanto, bastante desigual entre os candidatos do vestibular.

Considerando esses dados relacionados à formação básica, as dificuldades no momento da escolha da especialidade a ser seguida no curso superior são grandes. O ensino superior representa para esses estudantes um investimento para ampliar suas chances no mercado de trabalho cada vez mais competitivo, mas, ao avaliar suas condições objetivas, a escolha do curso geralmente recai naqueles menos concorridos e que, segundo estimam, proporcionam maiores chances de aprovação.¹³ Essa observação suscita uma reflexão sobre o que normalmente chamamos “escolha”. Quem,

¹³ A relação candidato/vaga do vestibular de 2005 de alguns dos cursos da UFSC dá uma idéia da concorrência segundo as

de fato, escolhe? Sob esse termo genérico escondem-se diferenças e desigualdades sociais importantes.

O comércio dos cursinhos pré-vestibular, aliado a uma série de investimentos familiares, contribui para a elitização do ensino superior. Certos cursos têm seu público formado essencialmente por estudantes oriundos de escolas públicas, enquanto em outros ocorre situação inversa, sugerindo a intensificação da seletividade social na escolha das carreiras. A origem social exerce forte influência no acesso às carreiras mais prestigiosas, pois a ela estão associados os antecedentes escolares e outros “*tickets de entrada*”. É amplamente conhecida a tese de que “quanto mais importantes os recursos (econômicos e simbólicos) dos pais, mais os filhos terão chances de acesso ao ensino superior e em cursos mais seletivos, mais orientados para diplomas prestigiosos e empregos com melhor remuneração” (Grignon & Gruel, 1999, p. 183).

Desse modo, falar globalmente de escolha significa ocultar questões centrais como a condição social, cultural e econômica da família e o histórico de escolarização do candidato. Para a grande maioria não existe verdadeiramente uma escolha, mas uma adaptação, um ajuste às condições que o candidato julga condizentes com sua realidade e que representam menor risco de exclusão. Foi de acordo com essa avaliação que dezoito entrevistados decidiram suas escolhas. Esse dado corrobora a afirmação de Grignon e Gruel (1999), segundo a qual os estudantes de origem popular dificilmente se aventuram fora do seu meio de origem. Acrescentam os autores: “podemos supor que o sucesso improvável se paga com um *acréscimo de ascetismo*” (p. 172-173, grifado no original). Mas a correspondência entre a condição social e a escolha pela carreira é tendencial, e não absoluta. Os vários

carreiras: medicina (55,76), jornalismo (20,00), nutrição (18,45), ciências biológicas – diurno (18,90), direito – diurno (20,46) e direito – noturno (15,26), arquitetura e urbanismo (16,61), odontologia (15,21), engenharia mecânica (12,23), geografia – diurno (8,30), pedagogia (5,34), biblioteconomia – noturno (3,13). Fonte: <<http://www.vestibular2005.ufsc.br>>. Acesso em: 20. jun. 2005

elementos constitutivos de cada uma das trajetórias analisadas não teriam possibilitado um percurso mais longo de escolarização se não houvesse a mobilização do estudante. Fazem parte dessa pesquisa estudantes de cursos mais concorridos como medicina, odontologia, direito, certas áreas das engenharias, mas incluí-los nesta pesquisa, justamente porque são raros, não foi uma tarefa simples. Nesses casos, apesar das repetidas reprovações no vestibular, a opção foi insistir na mesma área e investir novamente na preparação para o exame. Fernanda¹⁴ foi uma dessas estudantes do grupo. Moradora de uma favela, desafiou o improvável, mas não abriu mão, após três vestibulares na universidade pública, do curso de medicina. “Para mim era uma questão de honra”, sintetiza.

Um dos maiores problemas que enfrentam os estudantes em questão reside na qualidade do ensino público, do qual dependem para prosseguir sua escolaridade. Sabemos que a ampliação do número de vagas nos níveis fundamental e médio não eliminou os problemas relacionados à qualidade do ensino. Como observa Oliveira (2000, p. 92),

Em breve, todos terão oito anos de escolarização, mas nem todos terão acesso aos mesmos níveis de conhecimento. Muitos, nem mesmo a patamares mínimos. Elimina-se, assim, a exclusão da escola, não a exclusão do acesso ao conhecimento, criando-se condições historicamente novas para demandas por qualidade de ensino.

Os efeitos dessa exclusão do conhecimento aparecem com toda a força na escolha do curso, e faz-se sentir igualmente quando o estudante ingressa no ensino superior, sobretudo nas primeiras fases do curso. Muito expressiva é a síntese feita por esta estudante de agronomia. De origem rural, teve dificuldades nos primeiros semestres do curso, conforme relata, pelas lacunas de sua formação nas matérias básicas. Ela resume essa relação entre o passado escolar e as exigências da formação atual com a seguinte metáfora:

¹⁴ Os nomes de estudantes apresentados no texto são fictícios.

“É a mesma coisa que pegar um filme pela metade, não tem como entender inteiro”.

Como ela, outros entrevistados enfrentaram dificuldades, especialmente nas disciplinas de biologia, física e cálculo. Situação semelhante ocorre com Walter, estudante de matemática, que foi reprovado e teve dificuldades em certas disciplinas. Na universidade ele compreendeu que o êxito escolar dos níveis anteriores não traduzia sua real formação:

Eu me sentia um ótimo aluno [...] aqui eu vi que tudo que a gente sabia não era nada. [...] Quando o professor fala “você já viram isso no 2º grau”, aquilo pra mim é como se fosse uma fachada. As matérias são dadas como se todos tivessem feito o cursinho, como se todos tivessem o mesmo 2º grau.

As lacunas deixadas na formação precedente marcam implacavelmente a vida acadêmica, e os depoimentos nesse sentido são muito significativos, como o deste entrevistado do curso de engenharia elétrica:

Eu me vejo completamente fora da realidade da engenharia. Os professores dizem que apenas português e inglês não basta para a engenharia, mas eu conheço pouquíssimas palavras em inglês.

Além do inglês, sente dificuldades em álgebra e outras matérias. Fundamentado em sua própria experiência, avalia: “aquela base eu não vou conseguir recuperar”.

Como já disse Gouveia, ainda nos anos de 1960, “qualquer tentativa de democratização do ensino superior será inócua enquanto persistirem as desigualdades existentes nos níveis anteriores, primário e secundário” (1968, p. 232). Quatro décadas depois, tal conclusão revela toda a sua atualidade.

O financiamento dos estudos: um estudante parcial

Considerando toda a luta empreendida por esses estudantes, o acesso à universidade representa “uma

vitória”, expressão recorrente nas entrevistas. Como disse Mauro, 32 anos, ex-pedreiro, estudante de ciências da computação: “Para mim é uma vitória, de onde eu saí, do chão onde eu andei, tudo o que eu fiz pra chegar até aqui, eu me sinto vitorioso”.

Se o ingresso no ensino superior representa para esse grupo de estudantes “uma vitória”, a outra será certamente garantir sua permanência até a finalização do curso. Originários de famílias de baixa renda, esses estudantes precisam financiar seus estudos e, em alguns casos, contam com uma pequena ajuda familiar para essa finalidade. Provenientes de outras cidades ou estados, pouco mais da metade tem suas despesas acrescidas pelo fato de não morar com a família. Nesses casos, residem na casa do estudante universitário (quando há vaga), ou com parente, ou ainda, dividem casa ou apartamento com colegas. O papel estratégico dos irmãos – sobretudo aqueles que conseguiram superar a condição familiar – no percurso escolar dos entrevistados mereceria um capítulo à parte, dada sua importância tanto em forma de ajuda material quanto simbólica.

Com um “pé-de-meia”¹⁵ para os primeiros tempos na universidade, os jovens dão início a seus estudos de nível superior sem ter certeza de até quando poderão manter sua condição de universitários. Para viabilizá-la, tentam obter uma renda mediante alguma forma de trabalho em tempo completo ou parcial. No momento da pesquisa, do total de 27 estudantes, 21 tinham renda entre um e dois salários mínimos.

A concomitância trabalho-estudo no ensino superior não é uma realidade só dos países em desenvolvimento e não se reduz aos filhos de famílias com renda modesta. Esse dado é, no entanto, muito genérico, pois, como já foi observado, há variações entre os incluídos na categoria estudante. Em relação ao trabalho, cabe enumerar o tipo de atividade, a carga horária, a proximidade ou não com o curso, o resulta-

¹⁵ Em vários casos, muito tempo antes de ingressar na universidade o estudante prepara-se constituindo uma reserva financeira, popularmente chamada “pé-de-meia”.

do financeiro, entre outras variáveis. Se tomarmos realidades diferentes em termos de políticas públicas para o ensino superior, como é o caso da França, pesquisas realizadas nos anos de 1990 revelam que uma minoria trabalha no início do curso, mas a situação inverte-se nas últimas fases. As taxas de estudantes exercendo uma atividade remunerada varia, então, de 20%, aos 18 anos, a 66,7%, aos 26 anos e mais (Grignon & Gruel, 1999, p. 67-69). As mudanças estão também na carga horária de trabalho e no tipo de ocupação, progressivamente mais voltada para a formação. Os recursos financeiros dos pais são desiguais, mas parte dessa desigualdade é compensada por políticas públicas daquele país, mesmo sabendo-se que estas não excluem as disparidades sociais. Em resumo, a atividade remunerada não tem uma função unicamente de sobrevivência material. A ela associamos o desejo de autonomia em relação à família e a constituição de um currículo mais favorável quando o jovem deixa a universidade, como também foi verificado em nosso estudo.

No Brasil, percursos escolares de longa permanência na escola e ingresso tardio no mundo do trabalho são privilégios para uma parcela reduzida de sua população, embora, como mostram pesquisas recentes, essa relação venha sofrendo mudanças ao longo das últimas décadas (Hasenbalg, 2003). No grupo pesquisado, em todos os casos, durante o ensino médio e em vários deles ainda no ensino fundamental, a escolaridade esteve associada ao trabalho e à sobrevivência. Desde o início do curso superior, os entrevistados, em sua totalidade, exercem algum tipo de atividade remunerada em tempo integral ou parcial. Alguns são trabalhadores-estudantes, com uma atividade que absorve muitas horas diárias, e por isso mesmo estabelece forte concorrência com os estudos. Outros têm uma carga horária mais flexível, em serviços prestados dentro da própria universidade, em forma de bolsa de treinamento, estágio ou iniciação científica, em tempo parcial de vinte horas semanais. Após terem exercido ocupações em diferentes ramos de atividade do setor privado, nove do grupo de dez estudantes do sexo masculino estão nessa situação e, por meio dela,

garantem a sobrevivência. No grupo feminino, oito têm carteira assinada nos seguintes ramos de atividades: atendente de enfermagem, professora de educação infantil, copeira e atendente de auxílio à lista em empresa de telecomunicações. As demais, em número de nove, estão nas mesmas condições de bolsistas, em atividades de extensão, monitoria ou estágio remunerado, conforme convênio entre a universidade e outras instituições.¹⁶ Segundo cada caso, a renda obtida é completada, seja com pequena ajuda familiar, seja com atividades complementares como jardinagem, atendimento na área de informática, ou ainda no ramo dos serviços domésticos.

Conforme os dados, do total de 27 estudantes, 18 obtiveram uma bolsa de trabalho, estágio, monitoria ou iniciação científica. A flexibilização de horário concedida por essas formas de admissão processadas no interior da universidade transforma-se em uma vantagem para o estudante. Existe ainda a possibilidade de utilizar computador, internet, espaço físico para estudar, além de estar em contato permanente com a instituição, pois sabemos o quanto essa condição pode representar para a sua vida acadêmica. Em geral esses estudantes permanecem toda a jornada na universidade e apropriam-se com maior intensidade da cultura acadêmica. Não é sem razão que declaram seus projetos de prosseguir os estudos na pós-graduação.

O que se pode observar é que, embora todos dependam do trabalho para garantir sua sobrevivência material, desenham-se perfis diferentes na relação estudo-trabalho, com repercussões que julgo significativas na condição do estudante e na constituição de suas carreiras universitárias. A categoria “estudante médio” não existe, porque não há uma condição “estudante em geral”: as diferenças são relacionadas ao próprio curso, sua estruturação em termos de carga

¹⁶ Não é considerada, para efeito desta análise, a relação entre as ocupações dos estudantes na universidade e a variável gênero. No entanto, um estudo nessa dimensão pode revelar aspectos importantes sobre as políticas adotadas nas instituições públicas no que concerne à condição do estudante.

horária, nível de exigência, entre outras realidades relacionadas às condições materiais, culturais e sociais do estudante. Ao denominar “um estudante parcial” reporto-me ao lugar que o estudo e, de modo geral, o mundo universitário têm para os entrevistados.

Outras facetas da desigualdade

O tempo investido no trabalho como forma de sobrevivência impõe, em vários casos, limites acadêmicos, como na participação em encontros organizados no interior ou fora da universidade, nos trabalhos coletivos com os colegas, nas festas organizadas pela turma, entre outras circunstâncias. Vários estudantes se sentem à margem de muitas atividades mais diretamente relacionadas ao que se poderia chamar investimentos na formação (congresso, conferências, material de apoio), como relata Ana, estudante de serviço social: “Não participo da comunidade universitária [...] eu só trabalho, aí você é automaticamente colocada de lado. [...] Estes três semestres foram levados nas coxas, literalmente, pra dar conta de tudo. Essa é uma realidade cruel”. Como Ana, muitos estudantes fizeram desabaços semelhantes.

Não raro, às dificuldades econômicas associam-se outras, relacionadas ao quadro complexo da condição estudante. Há uma luta constante entre o que gostariam de fazer e o que é possível fazer, materializada em uma gama variada de situações: carga horária de trabalho, tempo insuficiente para dar conta das solicitações do curso e outras, de ordem social e cultural, condicionadas pelos baixos recursos financeiros (privar-se de cinema, teatro, espetáculos, eventos científicos, aquisição de livros e revistas etc.). Refugiar-se no isolamento é a saída encontrada, como revelaram vários estudantes.

Uma análise sobre a condição de estudante não se pode furtar de considerar os efeitos relacionados à natureza do curso. Pela grande seletividade social na porta de entrada, o *status* social do público varia fortemente segundo a área de conhecimento. A existência de um certo “mal-estar discente” foi relatada pelos es-

tudantes de medicina, direito, agronomia e, em menor proporção, por alunos dos cursos de pedagogia, história, filosofia, letras e outros menos concorridos, e que apresentam, portanto, menor grau de heterogeneidade.

Os sentimentos de pertencimento/não-pertencimento ao grupo dependem muito do curso, da configuração social dos estudantes de uma determinada turma. Assim, Everaldo, que faz filosofia no período noturno, vê-se entre pares: estudantes com expectativas semelhantes às suas, sem muita diferença social. “Não tem rico na filosofia”, disse, e não sente discriminação. Os colegas mais velhos, com uma situação financeira mais estável, “respeitam muito os colegas mais novos”, argumenta. Nessa mesma direção coloca-se Lourdes, estudante de letras, do período noturno: “Me senti muito bem na universidade, a maioria dos alunos vinha do interior, quem faz alemão são pessoas mais simples”; e conclui que foram “os diferentes” que tiveram de se adaptar. Para Irene, na pedagogia há um grupo com o qual estabelece relações de cumplicidade. Como ela, a maioria trabalha e estuda. Há, portanto, cursos cujo público tende a se homogeneizar, confirmando uma situação que tem sido denominada de *democratização segregativa* (Duru-Bellat, 2003). No outro pólo estão os cursos que congregam uma população mais elitizada, tais como medicina, direito, odontologia, entre outros. Cursando medicina encontravam-se duas estudantes participantes da pesquisa, Fernanda e Glória, cujas histórias revelam bem esse sentimento de não se sentirem, em razão do distanciamento social e dos seus reflexos na vida estudantil, parte do grupo. A saída que encontraram para se diferenciar foi fazer um outro caminho: o da militância estudantil.

Como bem observam Grignon e Gruel (1999, p. 2): “A vida dita material não impõe somente limites práticos à atividade estudantil; ela intervém moralmente no conjunto da vida intelectual [...]”.

E para finalizar...

Como tentei mostrar neste trabalho, a presença das camadas populares no ensino superior não oculta

– conforme também observam Bourdieu e Champagne (2001) – as reais diferenças sociais entre os estudantes. Os resultados da pesquisa indicam efeitos dessas diferenças verificados na composição social dos cursos e no exercício da vida acadêmica, nas suas mais variadas dimensões. Uma análise que vai além do levantamento dos dados brutos, como renda familiar do estudante, ocupação e escolaridade dos pais, para conhecer mais de perto a condição do estudante, mostra como à “sobrevivência” material associam-se outros custos pessoais, mas nem por isso menos dolorosos, tal como evidenciou a pesquisa, entre outras realizadas com estudantes oriundos de meios sociais similares. Estudar essa população para entender as transformações nas demandas e nas práticas escolares, assim como no perfil dos estudantes na sociedade contemporânea, representa uma necessidade para a pesquisa e as políticas educacionais em todos os níveis de ensino.

Referências bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre; CHAMPAGNE, Patrick. Os excluídos do interior. In: _____. (Orgs.). *A miséria do mundo*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- BORI, Carolina M.; DURHAM, Eunice R. (Sup. Geral). *Equidade e heterogeneidade no ensino superior brasileiro*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2000. Disponível em: <<http://www.publicacoes.inep.gov.br/resultados.asp?subcat=24>>. Acesso em: 20. jun. 2005
- DURU-BELLAT, Marie. *Les inégalités sociales à l'école: gèneses et mythes*. 2. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 2003.
- FOLHA DE S.PAULO. Aluno da rede pública foge do vestibular. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 18 ago. 2002. Cotidiano, p. C3.
- GRIGNON, Claude; GRUEL, Louis. *La vie étudiante*. Paris: Presses Universitaires de France, 1999.
- GOUVEIA, Aparecida J. Democratização do ensino superior. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 50, n. 122, p. 232-244, out./dez. 1968.
- HASENBALG, Carlos. A transição da escola ao mercado de trabalho. In: HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle (Orgs.). *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003. p. 147-172.
- HOGGART, Richard. *La culture du pauvre*. Paris: Minuit, 1970.
- INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo de educação superior*. Brasília: INEP, 2004.
- LAURENS, Jean-Paul. *1 sur 500: la réussite scolaire en milieu populaire*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 1992.
- MARIZ, Cecília L.; FERNANDES, Sílvia Regina Alves; BATISTA, Roberto. Os universitários da favela. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Orgs.). *Um século de favela*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 323-337.
- NOGUEIRA, Maria Alice. A construção da excelência escolar – um estudo de trajetórias feito com estudantes universitários provenientes das camadas médias intelectualizadas. In: NOGUEIRA, Maria Alice; ROMANELLI, Geraldo; ZAGO, Nadir (Orgs.). *Família & escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 125-154.
- OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Reformas educativas no Brasil na década de 90. In: CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, Romualdo Portela de (Orgs.). *Reformas educacionais em Portugal e no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 77-94.
- PACHECO, Eliezer; RISTOFF, Dilvo I. *Educação superior: democratizando o acesso*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2004 (Série Documental. Textos para discussão n. 12).
- PORTES, Écio A. *Estratégias escolares do universitário das camadas populares: a insubordinação aos determinantes*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1993.
- SADER, Eder; PAOLI, Maria Célia. Sobre classes populares no pensamento sociológico brasileiro: notas de leitura sobre acontecimentos recentes. In: CARDOSO, Ruth (Org.). *A aventura antropológica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 39-67.
- SILVA, Jailson de Souza e. *Por que uns e não outros? Caminhada de jovens pobres para a universidade*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2003.
- TERRAIL, Jean-Pierre. L'issue scolaire: de quelques histoires de transfuges. In: _____. *Destins ouvriers; la fin d'une classe?* Paris: Presses Universitaires de France, 1990. p. 223-257.
- TRINDADE, Héglio. O ensino superior na América Latina: um olhar longitudinal e comparativo. In: TRINDADE, Héglio; BLANQUER, Jean-Michel (Orgs.). *Os desafios da educação na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 15-31.

Do acesso à permanência no ensino superior

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. *Estatística do questionário socioeconômico-cultural do vestibular 2001*. Florianópolis: UFSC, 2001 (mimeo).

_____. *Relatório oficial vestibular UFSC 2005*. Florianópolis: UFSC, 2005 (mimeo).

VAN ZANTEN, Agnes. Saber global, saberes locais. Evoluções recentes da sociologia da educação na França e na Inglaterra. *Revista Brasileira de Educação*, n. 12, p. 48-58, 1999.

VIANA, Maria José Braga. *Longevidade escolar em famílias de camadas populares: algumas condições de possibilidade*. 1998. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998.

ZAGO, Nadir; ANJOS, Letícia Merentina dos; ANDRADE, Joelma Marçal de. Seletividade e acesso ao ensino superior público. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 4., 2002, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: ANPEd, 2002. 1 CD-ROM.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. Introdução. In: _____. (Orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999. p. 7-24.

ZÉROULOU, Zaihia (1988). La réussite scolaire des enfants d'immigrés. L'apport d'une approche em termes des mobilisation. *Revue Française de Sociologie*, n. 29, p. 447-470, 1988.

NADIR ZAGO, com doutorado e pós-doutorado pela Université René Descartes (Paris V, França) na área de sociologia da educação, é professora do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Há vários anos realiza pesquisas sobre escolarização nas camadas populares, com várias publicações sobre o assunto. Participou da organização dos livros *Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares* (Petrópolis: Vozes, 2000 e 2003) e *Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação* (Rio de Janeiro: DP&A, 2003). E-mail: nadirzago@uol.com.br

Recebido em novembro de 2005

Aprovado em janeiro de 2006